

Estudos preliminares sobre a composição do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social nos governos Lula da Silva (2003-2010)

ANDRÉ PEREIRA GUIOT*

Se não todos os empresários, pelo menos uma elite deles deve possuir a capacidade de organizar a sociedade em geral, em todo o seu complexo organismo de serviços, até o organismo estatal, tendo em vista a necessidade de criar as condições mais favoráveis à expansão da própria classe; ou, pelo menos, deve possuir a capacidade de escolher os “prepostos” (empregados especializados) a quem confiar esta atividade organizativa das relações gerais exteriores à empresa. (Gramsci, Cadernos do Cárcere.v.2, p. 15)

1.0 – Sumária apresentação do CDES

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) é um órgão do aparelho estatal criado em 1º janeiro de 2003 pela medida provisória nº 103, na ocasião da posse de Lula da Silva na Presidência da República. Regulamentado pela lei 10.683/03, o CDES foi estruturado pela Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico (SEDES) que, em 2005, desvinculou-se do gabinete da Presidência e passou a ser um órgão do Ministério das Relações Institucionais, conforme a lei 11.204. A “Secretaria do Conselho” tinha como um dos objetivos “coordenar e secretariar o funcionamento do CDES, visando promover a articulação da sociedade civil organizada para a consecução de um modelo de desenvolvimento capaz de configurar um novo e amplo contrato social”.¹

De acordo com o marco legal, compunha a plenária do CDES, além do Presidente, 17 ministros de Estado e 90 representantes da sociedade civil (conselheiros), “de ilibada conduta e reconhecida liderança e representatividade, designados pelo Presidente da República para mandatos de dois anos, facultada a recondução”.² Como órgão *consultivo* da Presidência, as plenárias realizavam-se quatro vezes ao ano e combinavam temas apresentados pelo governo e pelos conselheiros. Os conselheiros apareciam como “parceiros estratégicos”, aptos a efetuar consensos com vistas a realização das reformas e de um projeto de desenvolvimento com inclusão (BRASIL, 2003). Os objetivos legais do CDES foram definidos no artigo 8º da MP nº 103/2003:

Ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social compete assessorar o Presidente da República na formulação de políticas e diretrizes específicas, voltadas ao desenvolvimento econômico e social, produzindo indicações normativas,

* Doutorando em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Bolsista da Capes.

¹ Art. 2º, §1º e §2º da lei 10683/03. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11204.htm>.

² Artigo 8º, §1º, inciso IV da lei 10683/03.

propostas políticas e acordos de procedimento, e apreciar propostas de políticas públicas e de reformas estruturais e de desenvolvimento econômico e social que lhe sejam submetidas pelo Presidente da República, com vistas à **articulação das relações de governo com representantes da sociedade civil organizada** e a concertação entre os diversos setores da sociedade nele representados³ (grifos nossos).

É precisamente acerca da “articulação das relações de governo com representantes da sociedade civil organizada”, acima destacada, que nos debruçaremos neste trabalho. Ora, do que se trata a tal “sociedade civil organizada” presente no CDES, chamada a participar nas formulações de políticas públicas no Brasil recente? Ou mais precisamente, quais foram as classes ou frações de classes que estiveram presentes no interior do aparelho de Estado (no caso, o CDES) demandando que seus projetos se realizassem como política de Estado? Afinal, a quantas andam o caráter de classe do Estado no Brasil sob a gerência do Partido dos Trabalhadores na primeira década do século XXI?

2.0 – Sociedade civil sem classes?

Os usos do conceito de “sociedade civil”, bem sabemos, está há um bom tempo em disputa. Na literatura político-teórico corrente sobre e do CDES, por exemplo, ela é apresentada como desprovida de qualquer conteúdo classista. Ao contrário, o conteúdo conceitual de sociedade civil está lastreado por sua oposição ao Estado, entendido como tão somente o conjunto de seus aparelhos, órgãos e agências. Sociedade civil, nestas apreensões, se baliza em duas refutações ou distanciamentos: por um lado, é uma esfera (ou “a” esfera) da vida social que não se imiscui no Estado, sendo totalmente autônoma e oposta a este e, por outro lado, não se envolve ou se dirige às demandas ou interesses imediatos/corporativos do mercado, principalmente no que tange ao lucro.

Localizada numa espécie de “limbo social”, a sociedade civil é encarada como tudo aquilo que não é Estado ou mercado: trata-se do famigerado “Terceiro Setor”. Supostamente desprovida de caráter autoritário, opressor ou burocrático, próprio do Estado e dos interesses imediatos, egoísticos, corporativos e individualistas do mercado, a sociedade civil se eleva à condição de redentora dos problemas e desafios (im)postos pela sociabilidade contemporânea. Em muitas leituras ela seria possuidora de uma vocação geneticamente civilizadora e democrática, tal qual se apresenta no ideário de Tarso Genro, primeiro secretário do CDES:

³ Diário Oficial da União de 1º de janeiro de 2003.

Em última instância estabelece-se uma relação entre o Estado e a Sociedade na qual a sociedade civil se “estatiza”, no sentido de que participa do Estado, não no de que é controlada pelo Estado. E o Estado se “civiliza”, no sentido de que é permeado pelos movimentos da sociedade civil, pelas suas tensões, pelo cruzamento de opiniões, e pela presença do movimento social organizado **pressionando democraticamente o Estado e o governo** (GENRO, 2003: 101 - grifos nossos).

Apesar de parecer sedutor para muitos militantes e intelectuais acadêmicos, este conceito liberal de sociedade civil obscurece seu vínculo orgânico com as classes sociais, trazendo consequências políticas e teóricas sérias para o avanço das lutas levadas a cabo pelas organizações e movimentos sociais de cunho popular e socialista.

O conceito de sociedade civil em Gramsci, ao contrário, procura dar conta das formas pelas quais as classes e frações de classes em luta *organizam-se, articulam-se, produzem e disseminam visões de mundo (cultura, formas de ser, sociabilidades)* adequadas ou ao universo burguês, irradiando formas de dominação com vistas a assegurar a adesão dos setores subalternos (hegemonia) ou, ao contrário, à preparação da emancipação do conjunto dos explorados (contra-hegemonia). Ela é constituída por associações, clubes, igrejas, partidos, sindicatos, revistas e jornais, entidades das mais diversas – aparelhos privados de hegemonia - que se articulam no e pelo Estado restrito, através de seus agentes.

Nesta acepção, é na sociedade civil que as classes disputam e mantêm a hegemonia e a legitimidade necessária ao desenvolvimento dos seus projetos, sendo que “sua imbricação no Estado assegura que a função estatal de educação – o “Estado educador” – atue na mesma direção dos interesses dirigentes e dominantes [...]” (FONTES, 2010: 138). Os organismos da sociedade civil se esforçam em espriar, através de seus intelectuais orgânicos presentes no Estado, suas formas de dominação para o conjunto do tecido social.

Por enquanto, podem-se fixar dois grandes ‘planos’ superestruturais: o que pode ser chamado de ‘sociedade civil’ (isto é, o conjunto dos organismos designados vulgarmente como ‘privados’) e o da ‘sociedade política ou Estado’, planos que correspondem, respectivamente, à função de ‘hegemonia’ que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de ‘domínio direto’ ou de comando, que se expressa no Estado e no governo ‘jurídico’. Estas funções são precisamente organizativas e conectivas. (GRAMSCI, 2004: 20-21)

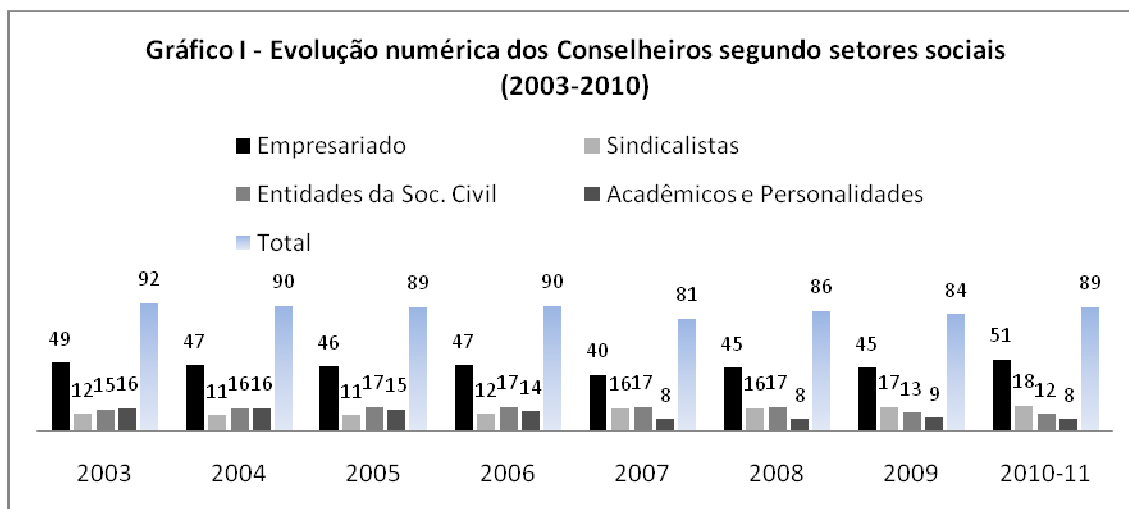
Em Gramsci *a sociedade civil é parte integrante do Estado*. Devido à dialética do pensamento de Gramsci, não há uma “distinção orgânica” entre Estado e sociedade, pano de fundo à formulação do “Estado integral”: o conjunto formado pela sociedade civil e política, cuja distinção é apenas metódica, com fins meramente analíticos.

Se a base material da sociedade civil é constituída pelos aparelhos privados de hegemonia das classes e frações de classes sociais em luta no capitalismo contemporâneo, como pensamos, há de se perscrutar quais classes e frações de classes hegemonomizam o CDES, através do ingresso das entidades associativas em seu interior, *ainda que se apresentem (e são apresentadas) como representantes de uma sociedade civil despida de conteúdo classista*. Desta maneira, nossa proposta difere dos demais autores ao fincar as bases teóricas nas postulações gramscianas de Estado ampliado: consoante hipótese que defendemos, o CDES é uma arena no interior do aparelho estatal receptiva à penetração da sociedade civil *de cunho empresarial* com vistas ao atendimento das suas demandas.

3.0 – A composição do CDES segundo setores sociais: observações preliminares

A hipótese acima levantada pode ser comprovada a partir de uma investigação da posição social dos conselheiros *não integrantes da estrutura governamental* (denominados conselheiros da “sociedade civil”) e do conteúdo social das associações da sociedade civil de que fazem parte. Se, de um lado, precisamos avançar na análise dos projetos de hegemonia das associações nesta etapa da pesquisa (razão pela qual este trabalho possui caráter preliminar), por outro ela pretendeu dar conta das posições de classe dos conselheiros. Importa-nos ressaltar, contudo, que, apesar de vasculharmos todos segmentos sociais presentes no CDES, não nos interessa neste momento aprofundar as análises em cada um deles, ainda que se faça necessária, mas, antes, apontar para o fato de que sua composição, nos dois mandatos de Lula da Silva, apresenta *forte presença dos setores mais dinâmicos do capitalismo instaurado no país*.

A maciça representatividade do empresariado (nacional, associado ou internacional) e de suas frações (industriais, financeiras, agrárias, comerciais e de serviços) no Conselho sempre foi a tônica de sua composição interna, sendo objeto de reclames dos demais setores ali representados e também de analistas que, apostando na “democratização” do Estado no Brasil, o enxerga como um caminho profícuo para a “ampliação da esfera pública”. O gráfico I, abaixo, traz um apanhado da evolução numérica absoluta dos conselheiros divididos em setores sociais durante os governos Lula da Silva:



Antes de adentrarmos na análise do segmento empresarial atuante no Conselho, cabe sumariamente tratar dos demais segmentos sociais presentes, aqui denominados de sindicalistas, entidades da sociedade civil e acadêmicos e personalidades. Aqueles (poucos) autores que chegaram a realizar uma classificação das categorias sociais presentes no Conselho a fizeram somente para o ano de sua formação, em 2003, sendo próximas, ou com poucas alterações, as nomenclaturas aqui utilizadas, o mesmo não ocorrendo em relação às categorizações (em especial do empresariado) dos conselheiros não pertencentes ao alto escalão do governo, como salientaremos adiante.

3.1 – O sindicalismo laboral no CDES

Os sindicalistas correspondem àqueles que construíram sua trajetória frente aos principais sindicatos e centrais sindicais do país. Não estavam, necessariamente, atuantes na prática sindical quando da sua nomeação para integrar o Conselho. Sua força numérica frente aos outros segmentos (entidades da sociedade civil e acadêmicos e personalidades), como vimos no gráfico acima, somente os excedem em 2009 e 2010. Durante todo o primeiro governo Lula da Silva, a representatividade dos sindicalistas ficou aquém de todos os agrupamentos aqui trabalhados, tendo recuperação apenas a partir de 2007. Foram cinco as Centrais Sindicais representadas no CDES, merecendo destaque, sem surpresas, a super-representação da CUT. Vale a pena observarmos o quadro I, a seguir, que apresenta os conselheiros-sindicalistas e as centrais sindicais a quais pertencem. O quadro resgata a presença deste segmento no CDES de forma cumulativa, isto é, sem considerar o fluxo bianual de alterações da sua plenária:

Quadro I – Centrais Sindicais presentes no CDES (2003-2010)⁴

Centrais Sindicais	Conselheiros-sindicalistas	Total
Central Única dos Trabalhadores (CUT)	Alberto Broch, Altemir Tortelli, Artur Henrique, Avelino Ganzer, Carmen Helena Ferreira Foro, Denise Motta Dau, Jacy Afonso de Melo, João Felício, João Vaccari Neto, José Lopez Feijóo, José Zunga Alves de Lima, Juçara Dutra Vieira (CNTE), Luiz Marinho, Manoel José Dos Santos (De Serra-Contag), Roberto Franklin de Leão, Sérgio Rosa.	15
Força Sindical (FS)	Danilo Pereira da Silva, João Batista Inocentini, João Carlos Gonçalves, Jorge Nazareno Rodrigues, Nair Goular, Paulo Pereira da Silva.	6
União Geral dos Trabalhadores (UGT)	Antônio Carlos dos Reis (Salim), Enilson Simões de Moura (Alemão), Laerte Teixeira da Costa, Ricardo Patah.	4
Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST)	José Calixto Ramos (CNTI), Moacyr Auersvaldv.	2
Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB)	Antônio Neto.	1

Outros ex-sindicalistas compunham a plenária do CDES, mas não foram aqui considerados por não terem sido nomeados como representantes da “sociedade civil” e sim por ocuparem posições de ministros e secretários de Estado nos governos Lula da Silva, como Ricardo Berzoini e Luiz Gushiken. Destacavam-se, todos, não apenas pelas suas trajetórias em comum, mas pelo abandono decidido (muitos jamais se propunham a isso) de qualquer perspectiva de luta classista dos trabalhadores frente ao capital, muito pelo contrário, ou seja, reposicionaram-se como “novos administradores e ‘analistas simbólicos’ oriundos das ‘capas superiores’ do movimento sindical, absorvidos para o círculo restrito dos altos funcionários do capital” (COELHO, 2005: 461), concomitante à meteórica ascensão social particular de que regozijavam.⁵

Destarte, não podemos deixar de destacar que alguns conselheiros-sindicalistas prepararam-se como gestores de vultosos recursos alocados em fundos de pensão (FDP) de funcionários das empresas estatais, alegando suposta “função social” dos recursos investidos por suas administrações, seja através da “educação financeira” necessária aos trabalhadores em tempos atuais, seja por meio do “combate ao capital especulativo”, numa pretensa moralização do capitalismo, entre outros argumentos. O fato é que no Conselho encontramos algumas “peças-chaves” da articulação entre uma elite forjada no movimento sindical, reconvertida e bem-treinada como novos gestores para o capital e uma marcante fração

⁴ Para a confecção dos quadros e gráficos deste trabalho foram utilizados o site do Conselho e alguns endereços eletrônicos da internet.

⁵ Francisco de Oliveira, em áspere crítica e fina análise, assevera que “A imprensa contou entre quinze e dezoito aviões executivos, conjunto que incluía pequenos jatinhos, em recente festa de aniversário de dirigente financeiro da campanha do PT. Não se sabia que trabalhadores possuíam aviões, e tantos...”. (Cf. OLIVEIRA, 2003: 146).

financeira (bancária e não bancária) de origem propriamente empresarial.⁶ Vale aqui também, a título de ilustração, apresentá-los:

Quadro II – Vinculações de conselheiros-sindicalistas com Fundos de Pensão⁷

Conselheiros-Sindicalistas	Cargo	Atuação em FDP	Origem sindical
Altemir Tortelli	É Coordenador Geral da Fetraf-Sul/CUT.	Estimula diálogo com o mercado financeiro na CUT e participação dos trabalhadores agrícolas nos FDP.	Vice-presidente e secretário de formação nacional da CUT (1993-2003).
Antonio Carlos dos Reis (Salim)	Presidente da CGT (2003) e 1º Vice-Pres. da UGT (2007).	Membro do Cons. Adm. Bovespa para a liberação do FGTS na aquisição de ações no mercado.	Vice-Presidente (1992) e Presid. (1998) do Sindicato dos Eletricitários/SP.
Jacy Afonso de Melo	Secretário de Organização e Política Sindical da CUT.	Membro do Cons. Curador e do Comitê Gestor do Fundo de Investimentos do FGTS.	Presidente CUT-DF (1991-1994), e do Sindicato dos Bancários/DF (2004-2007).
João Felício	Presidente da CUT.	Escreve livros e artigos, ministra palestras e cursos sobre FDP.	Foi Presidente do Sindicato dos Prof. do Ensino Oficial do Estado de SP (APEOESP).
Luis Marinho	Ministro da Previdência.	Estimula diálogo com o mercado financeiro na CUT e participação dos trabalhadores nos FDP.	Ex-presidente da CUT e do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC (1996-2003).
Luiz Gushiken	Secretário das Comunicações.	Ministra curso sobre FDP para CUT; dono de Consultoria em Previdência;	Ex-presidente do sindicato bancário de SP.
Luiz Inácio Lula da Silva	Presidente da República.	Regulamentação da LC 108/109/01 ⁸ Aprovação do FDP para servidores na reforma de 2003.	Ex-Presidente do sindicato metalúrgico do ABC.
Paulo Pereira da Silva	Presidente da Força Sindical.	Em sua gestão frente à FS criou o ForçaPrevi.	Foi secretário geral, vice presidente e presidente do sindicato metalúrgicos de SP.
Ricardo Berzoini	Ministro da Previdência Social e do Trabalho.	Como parlamentar atuou para aprovação da LC 109/01. Propugnou a reforma da Previdência Social em 2003. Apoiou a chapa do PT nas eleições da PREVI (2002).	Foi presidente do sindicato dos bancários de SP e da CNB.
Ricardo Patah	Presidente da UGT.	Responsável pela criação do FDP Força Previ.	Tesoureiro da FS. Assumiu a presidência do Sindicato dos Comerciantes de SP em 2003.
Sérgio Rosa	Presidente da Cia. Previdên-cia Aberta BrasilPrev.	Foi presidente da PREVI (2003-2010).	Foi presidente da Conf. Nac. dos Bancários (1994-2000) e diretor do BB.

3.2 – As entidades da sociedade civil no CDES

Entidades da sociedade civil foi a denominação dada por nós para se referir ao conjunto de associações *não diretamente* vinculadas às representações classistas do capital e do trabalho no Conselho. Trata-se de uma miríade de associações que busca representar

⁶ Em GUIOT (2012) expusemos e analisamos a presença do setor financeiro bancário e não bancário no CDES.

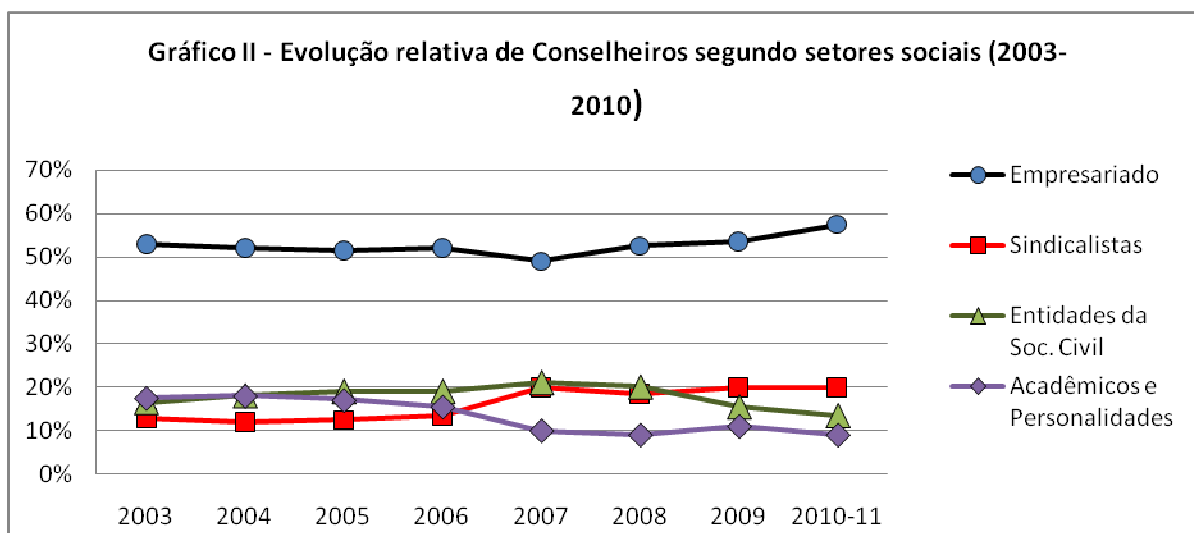
⁷ Para confecção deste quadro foram consultas o site do CDES (www.cdes.gov.br), sites da internet e JARDIM, 2009.

⁸ A LC108/2001 assegurou que os participantes destes fundos ocupassem no mínimo 1/3 das vagas nos seus Conselhos Deliberativos e Fiscais, ficando para o patrocinador dos fundos os 2/3 restantes, sendo que, no caso o patrocinador ser entidades públicas, a lei passou a exigir paridade entre representantes do patrocinador e dos participantes assistidos. A LC 109/2001 autorizou a criação de fundos de pensão por intermédio do instituidor profissional, classista ou setorial, como sindicatos, associações profissionais, cooperativas e outros, na modalidade de “Contribuição Definida” onde, seguindo a lógica da capitalização, os riscos dos investimentos recaem sobre os participantes (Cf. JARDIM, 2009:45-47).

interesses e demandas dos mais diversos segmentos sociais (estudantis, mulheres, eclesiásticos, aposentados e pensionistas, cegos, indígenas, seringueiros, populações extrativistas, magistrados, advogados, membros do ministério público, movimento negro e dos sem-terra,⁹ pastoral da terra e da criança, comunidade eclesial de base) e algumas formas de organização coletiva em que prevalecem a defesa e a pregação de interesses difusos ou cosmopolitas de cunho filantrópico (associação de ONGs, fóruns em busca da ética na política, institutos de estudos e pesquisas, dentre outros), o qual é corriqueiro depararmos dentre suas “missões” a “construção da cidadania”, a “radicalização da democracia”, a “valorização da vida e da paz”, o “desenvolvimento sustentável”, a “justiça social”, etc.

Computamos pouco mais de 20 entidades destas representadas no CDES ao longo do período pesquisado (2003-2010). Este número representa o acúmulo desse tipo de entidades (e não o fluxo anual) durante o período. Com exceção do setor empresarial, as entidades da sociedade civil, entre 2005 e 2008, inscreveram no Conselho um número levemente superior de representantes se comparado com o setor sindical e de acadêmicos e personalidades. Perderam, porém, força representativa em 2009 e 2010, justamente quando o empresariado ganhou ainda mais representatividade, e os demais segmentos sociais quase sem alterações. Este movimento pode ser melhor percebido quando tomamos por base a evolução relativa (número de conselheiros por setor/total de conselheiros) anual da composição do Conselho, exposto no gráfico a seguir:

⁹ O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) esteve representado no CDES pela figura de Roberto Baggio apenas entre 2003 e 2005, não tendo nenhuma outra liderança nomeada para integrar a plenária do Conselho.



Certamente, os conselheiros que delas participavam não compunham a magnitude da teia associativa de que o empresariado ali presente formava - o que, neste caso, significava que para cada entidade empresarial atuavam muitos conselheiros (situação patente nos casos da Fiesp, CNI, Febraban, ABDIB, ANFAVEA, IEDI, etc.) – ainda que não possamos, nos limites deste trabalho, trazer elementos demonstrativos destas discrepâncias. Aliás, nenhum outro setor presente no CDES estava tão organizado em aparelhos privados de hegemonia da sociedade civil quanto o empresariado (Cf. GUIOT, 2012).

Cumpram-se destacar ainda que estas entidades da sociedade civil se caracterizavam por *não estarem diretamente* vinculadas tanto às confederações, federações, sindicatos e associações paralelas patronais quanto às centrais e sindicatos dos trabalhadores. Também se diferenciavam daquelas que, não se enquadrando na estrutura corporativa de representação de interesses, buscavam a edificação de uma nova cultura empresarial, isto é, da reanimação do senso de pertencimento à classe por meio do ideário da *responsabilidade empresarial* como servem de exemplo a Associação Brasileira de Empresários para a Cidadania (CIVES) e o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. O corpo teórico adotado, porém, não nos permite aceitá-las como pertencentes a um suposto etéreo “Terceiro Setor”: por mais que suas demandas e propósitos não se direcionassem, num primeiro olhar, a um conteúdo de caráter puramente classista, é óbvio que estavam premidas pelas relações sociais de produção que as atravessavam.

Não poderia deixar de destacar um ponto importante. A busca pelo pluralismo na composição da plenária do CDES sempre foi propalada pelos seus organizadores e analistas. A participação de um leque amplo de grupos e setores sociais no Conselho (ainda que esta heterogeneidade estivesse imantada ou ofuscada por um predomínio absoluto das frações da classe burguesa ali presente) almejava, sem dúvidas, credenciá-lo como uma arena democrática inaugurada sob a gestão de um agrupamento político que historicamente reivindicou a ampliação e a qualificação participativa dos sujeitos sociais e dos fóruns e órgãos de decisão pública. Ocorre que *nenhuma* entidade da sociedade civil representada no CDES compunha o conjunto também heterogêneo de forças e organizações político-ideológicas pertencente ao que poderíamos denominar de campo marxista-revolucionário, nem mesmo no que tange aos intelectuais. Esta ausência pode ser matizada por meio das aceleradas e profundas mudanças por que passou a sociedade brasileira nas duas últimas décadas em geral, e o próprio Partido dos Trabalhadores em particular. Marcar esta e outras ausências significa atentar para *uma das* facetas limitadoras da ação participativa e democrática propugnada no e pelo Conselho.

3.3 – Acadêmicos e personalidades no CDES

Este segmento trata dos conselheiros que se notabilizaram como artistas, esportistas, políticos, militares, juristas, magistrados e, sobretudo, acadêmicos (reitores, professores e pesquisadores). Trata-se daqueles que, decisivamente, não possuíam trajetória empresarial, laboral/sindical e tampouco se qualificavam como lideranças de entidades da sociedade civil, apesar de alguns participarem delas. Ademais, conforme se observa nos gráficos I e II acima, este segmento social perdeu significativa presença no Conselho a partir do segundo mandato de Lula da Silva (2007-2010) – sendo aquele que mais se esvaziou neste período -, ficando estacionado na faixa dos 10% da plenária.

Dos 30 conselheiros deste segmento que participaram do CDES entre 2003 e 2010, somente 6 não eram acadêmicos,¹⁰ isto é, 80% deles se credenciavam como destacados intelectuais acadêmicos nas áreas científicas em que atuavam. Dentre estes, 37,5% (9 conselheiros-acadêmicos) eram economistas renomados, seguidos de 20% (5 conselheiros-acadêmicos) de cientistas/sociólogos políticos, de 12,5% (3 conselheiros-acadêmicos) que se

¹⁰ São elas: Dráuzio Varella, Eros Grau, José Joaquim Calmon de Passos, Luiz Gonzaga Schroeder Lessa (general), Maria Lucélia dos Santos e Paulo Roberto de Freitas.

concentravam no campo do direito e de 16,5% (4 conselheiros-acadêmicos) que trabalhavam nas áreas de educação e saúde pública. Os lugares sócio-profissionais por que circulavam ligavam-se, principalmente, às universidades públicas, instituições e centros de pesquisa. O quadro abaixo traz um resumido perfil acadêmico dos referidos intelectuais:

Quadro III – Lugares e áreas de atuação profissionais dos Conselheiros-acadêmicos

Conselheiros-acadêmicos	Áreas de formação/atuação/especialização	Instituição
Cândido Mendes	Direito e Filosofia (escritor)	UCAM
Cláudio Soares de O. Ferreira	Direito	UFPE/TCE-PE
Clélio Campolina Diniz	Economia	UFMG
Delfim Netto	Economia	FEA-USP
Fernando Cardim	Economia	UFRJ
Frank Algot Eugen Svensson	Arquitetura e Urbanismo	UnB
Glaci Therezinha Zancan	Bioquímica	UFPR
Hélgio Trindade	Ciência Política	UFRGS
José Carlos Braga	Economia	Unicamp
José Fernandes do Rêgo	Economia	UFAC
José Vicente	Direito, Administração e Educação	Univ. Zumbi Palmares
Luis Manuel R. Fernandes	Ciência Política	UFF/UFRJ/PUC-RJ
Luiz Aimerê S. de Freitas	Economia, Administração e Zootecnia	UFRR
Luiz Gonzaga de M. Belluzzo	Economia	Unicamp
Marcelo Neri	Economia	FGV
Maria Victória Benevides	Sociologia Política e Educação	USP
Muniz Sodré de Araújo Cabral	Comunicação Social (jornalista e escritor)	UFRJ
Naomar Monteiro de A. Filho	Epidemiologia e Saúde Pública	UFBA
Paulo Speller	Ciência Política, Psicologia e Educação	UNILAB
Ricardo Paes de Barros	Economia	IPEA/ Yale (EUA)
Silvio Meira	Computação/Engenharia de Software	UFPE
Sonia Maria Fleury Teixeira	Ciência Política e Saúde Pública	FioCruz/FGV
Tânia Barcelar	Economia	UFPE
Virgílio Costa	Historiador	Casa Rui Barbosa

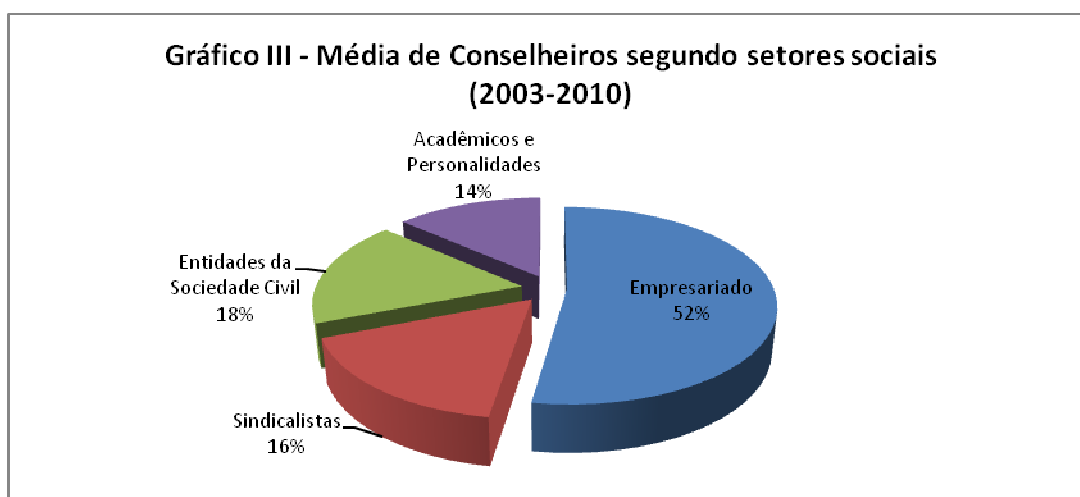
3.4 – O empresariado no CDES

Mencionamos no início do trabalho que o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, conforme legislação que o instituiu, estrutura e organiza, conta com cerca de 90 conselheiros da sociedade civil¹¹ durante o período 2003-2010. Destes 90 conselheiros encontramos, na média absoluta total do período, 46 *diretamente ligados a setores empresariais* – o que representava 52% da média relativa total dos conselheiros.¹² Como

¹¹ Apesar do artigo 8º, §1º, inciso IV da lei 10683/03 afirmar que o CDES deveria ser integrado por “noventa cidadãos brasileiros, e respectivos suplentes (...)”, na prática, de acordo com pesquisas realizadas em www.cdes.gov.br, em 2003 estavam presentes 92 conselheiros, 90 em 2004, 89 em 2005 e 90 em 2006, 81 em 2007, 86 em 2008, 84 em 2009 e 89 em 2010 (Cf Gráfico I).

¹² A média absoluta total foi calculada a partir da soma do número de empresários que compunham o CDES em cada ano, entre 2003 e 2010, dividido pelo número de anos deste período (8 anos). A média relativa total foi calculada pela média aritmética das médias relativas anuais. Estas foram calculadas pela divisão entre o número de conselheiros-empresários e o número total de conselheiros, em cada ano. O mesmo procedimento foi feito para os demais segmentos sociais. Outra maneira de se retirar a média relativa total é a partir da divisão entre a

observamos no gráfico II acima, se a evolução relativa da participação empresarial no interior do Conselho já poderia ser considerada muito elevada em relação aos demais setores durante o primeiro governo Lula da Silva (2003-2006), tal tendência se aprofunda no período posterior (2007-2010), chegando a representar 57,5% do total dos conselheiros em 2010, em detrimento do segmento de acadêmicos e personalidades (em declínio desde 2006) e do segmento entidades da sociedade civil, principalmente a partir de 2008 e 2009. Já a média relativa total dos outros três segmentos aqui trabalhados não chegou a ultrapassar 1/5 da composição do Conselho, como se observa no gráfico abaixo:



Precisamos, neste momento, definir o que entendemos pelo grupo social denominado “empresariado”. Apelamos para a epígrafe deste texto, a qual Gramsci destaca o papel do empresário não apenas no âmbito da produção, mesmo que ali ele já possua “uma certa capacidade dirigente e técnica (isto é, intelectual)”, como organizador de “massa de homens”, da “confiança” dos acionistas da sua empresa, dos consumidores de sua mercadoria (GRAMSCI, 2004: 15). Outrossim, os empresários, “ou pelo menos uma elite deles” organizam-se e atuam para além do âmbito específico do aparato produtivo, adquirindo “capacidade de organizar a sociedade em geral” (hegemonia), com vistas a alcançar o Estado, isto é, tornar os projetos de sua classe em consentimento ativo de todos os grupos, mesmo que para isso seja recorrente o uso da coerção para os que não consentem (supremacia).

Gramsci, já em sua época, portanto, redefine o papel, o conceito e o *modus operandi* do grupo social empresarial nas formações sociais capitalistas contemporâneas, ampliando-os e remetendo-os às esferas organizativas da sociedade civil, concebendo organicamente o vínculo entre cultura, política e economia, numa visão orgânica e dialética entre superestrutura e estrutura. O empresário não é apenas um intelectual restrito, isto é, organizador de sua indústria e do setor de sua influência imediata: o empresário também pode e precisa ser um “intelectual orgânico”, na medida em que “cria as condições mais favoráveis à expansão da própria classe” (idem) por meio da atuação nas trincheiras, casamatas e fortalezas (aparelhos privados de hegemonia) que constituem a sociedade civil.

É sob este referencial teórico que a pesquisa se baliza. Um estudo do CDES a partir de uma análise gramsciana implica em identificar os agentes (intelectuais orgânicos) do empresariado (ou de seus prepostos) no interior do Conselho, em mapear os aparelhos privados de hegemonia empresariais aos quais aderem, em investigar na sociedade civil os projetos de hegemonia de que são portadores e seu papel de formuladores de dada pauta junto ao Estado restrito. O quadro abaixo é resultado da adoção desse corpo teórico-metodológico:

Quadro IV – A presença dos conselheiros-empresários¹³ em suas associações da sociedade civil (2003-2010)

Entidades	Conselheiros-empresários e/ou suas entidades da sociedade civil
Associações Corporativas Setoriais (Industriais, Comerciais, Financeiras e Agropecuárias) ¹⁴	ABIQUIM, ABINFINA, APLA, ABBI, ABDIB (5), ABINEE (4), ALADDA, ABIMAQ (2), ABRAS, ELETROS, BRACELPA, ABIT (2), AARS, ASGAV, ANFAVEA (4), ABF, ANPROTEC, AEB, ANDIB (2), ABIEF, ASSOBEENS, ABRAD, ANAPECC, ACRISUL, ASSIMPI, ABECITRUS, ASSUCAL, ACOAG, ABRASCE, ACREFI, ABAD, ACIUB, ANCAB, ADVB, ANAMACO, ANBIMA (2), ASSOBRAVE (2), ANEFAC, ABIGRAF.
FIESP/CIESP	Abílio Diniz; Amarílio Macêdo; Antoninho Trevisan; Benjamin Steinbruch; Daniel Feffer; Eugênio Staub; Ivo Rosset; Horácio Piva; Fernando Ferreira; Jorge Gerdau; José Marques; José Luis Cutrale; Maurílio Biagi Fº; Paulo Skaf; Rodrigo Loures; Roger Agnelli; Sérgio Habermfeld; Viviane Senna; Waldemar Verdi Jr., Paulo Godoy, Rogelio Golfarb, Ivan Zurita, Jackson Schneider, Luiza Trajano, Marcos Jank, Luiz Aubert Neto, Cledorvino Belini, Marcelo Odebrecht.
Federações, Associações e Centros Industriais, Comerciais e Financeiros, Nacionais, Estaduais e Municipais	FIEC, CIC, ACSP (2), FIRJAN, ACRJ (2), FIEPR, ACSP, ACPA (2), ACRGS, FIEMG (5), CIEMG, CICI/MG, FIERGS (3), CIERGS (2), FIEPR, FIESC, CIESC, FIEBA (2), CNC, Fecomércio/SP, FENABRAVE, CNSEg e FENASEG, FIEPA.
Sindicatos Patronais	Sindtrigo, Sinquirj, Simpí/SP, Sindusfarma, Sinditextil, Sinditextil, Sinduscon/MG, Sinaes/SP, Sindag, Sinfavea, Sinfavea, Sinduscon/BA, Semesp, Sincomaco, Sinfavea; Singepa, Sinaees.

¹³ Conselheiros-empresários é uma denominação por mim criada para se referir aos que se vinculam *diretamente* ao meio empresarial – de origem nacional ou estrangeira - por meio de empresas, grupos econômicos, associações ou entidades patronais. Trata-se de proprietários diretos de meios e/ou recursos de produção e de seus prepostos (executivos, diretores, chief executive officer (CEOs), gerentes) e/ou daqueles que detêm cargos de destaque em associações de classe do patronato.

¹⁴ Cada associação representa um conselheiro, quando mais o for, o quantitativo se encontra entre parênteses.

CNI	Eduardo Eugênio Vieira; Horácio Piva; José Carvalho; José Mendo Souza; Paulo Skaf; Robson Andrade; Rodrigo Loures; Sérgio Habermfeld; Viviane Senna, Paulo Godoy, Lincoln Fernandes, Paulo Tigre, Carlos Farias; Luiz Aubert Neto, José Conrado Santos, Olavo Machado Jr..
FEBRABAN	Fabio Barbosa, Márcio Cypriano, Miguel João Jorge Fº, Roberto Setubal, Viviane Senna, Paulo Godoy, Luiz Eduardo Abreu.
IEDI	Amarílio Macêdo, Benjamin Steinbruch, Carlos Jereissati Fº, Daniel Feffer, Eugênio Staub, Ivo Rosset, Jorge Gerdau, Marcelo Odebrecht, Roger Agnelli, Sérgio Habermfeld.
Fórum de Líderes Empresariais	Jorge Gerdau, José Carlos Bumlai, Luiz Leite, Luiz Otávio Gomes, Márcio Cypriano, Maurílio Biagi Fº, Raymundo Magliano, Alair Nascimento, Sônia Regina Hess de Souza, Marcelo Odebrecht.
Instituto Ethos	Antoninho Trevisan, Daniel Feffer, Mauro Knijnik, Ricardo Young Silva, Roberto Setubal, Rodrigo Loures, Oded Grajew.
PNBE	Eduardo Eugênio Vieira, Joseph Couri, Luiz Leite, Ricardo Young e Oded Grajew.
PROTEC	Eduardo Eugênio Vieira; Paulo Skaf; Rodrigo Loures; Luiz Leite; Luis Aubert Neto.
Mov. Brasil Competitivo	Jorge Gerdau, Daniel Feffer, Antoninho Trevisan e Adilson Primo.
Fórum CEOs Brasil-EUA	Jorge Gerdau, José Luís Cutrale, Roger Agnelli.
Cons. Empr. da Am. Latina	Cosette Alves, Eugênio Staub, Ivo Rosset, Maurílio Biagi Fº.
Cives	Oded Grajew, Pedro Luiz Teruel, Gisela Gorovitz.
Fundação Dom Cabral	Sônia Regina Hess de Souza, Cledorvino Belini, Robson Braga de Andrade.
Instituto Liberal	Jorge Gerdau, Raymundo Magliano, Sérgio Reze, Sérgio Habermfeld,
Mov. Todos pela Educação	Fabio Barbosa, Daniel Feffer, Horácio Piva, Jorge Gerdau, Milu Vilella, Ricardo Young e Viviane Senna.
Assoc. Parceria Contra as Drogas	Horácio Piva, Fábio Coletti Barbosa, Fernando Ferreira, Márcio Cypriano, Milu Vilella, Roberto Setúbal, Roger Agnelli.
Ação Fome Zero	Antoninho Trevisan, Gabriel Ferreira e José Carlos Bumlai.

Muito embora não pretendemos realizar, no âmbito deste trabalho, uma detalhada avaliação de cada entidade acima, podemos classificá-las em três tipos: 1º) as que estavam diretamente ligadas à estrutura corporativa de representação de interesses e suas associações paralelas; 2º) as associações mais ou menos recentes *voltadas para a organização da ação empresarial* em duas grandes frentes: a) aos desafios requeridos pelas contínuas e rápidas mudanças no capitalismo brasileiro recente, especialmente no que tange à inserção da economia brasileira no circuito globalizado e suas implicações e b) à edificação de uma nova cultura empresarial, por meio do ideário da *responsabilidade socioambiental empresarial* e 3º) àquelas criadas e/ou readequadas pelo empresariado *com vistas ao atendimento (precário) das necessidades básicas e prementes da população*, privatizando a questão social. Percebam que não são associações *dos* setores populares, mas *voltadas para os* setores populares, já que foram fundadas pelo próprio empresariado.

Qual é o “chão” material comum a esta multiplicidade de associações, entidades, fóruns, institutos, federações, sindicatos etc, que compunha a sociedade civil de cunho empresarial no Conselho? A resposta se encontra nas relações sociais de produção capitalistas em que se sustenta o grupo social dominante. Segundo Fontes (2010: 137):

Não há também isolamento da sociedade civil com relação ao mundo da produção. Este constitui o solo da sociabilidade a partir da qual se produzem interesses e

antagonismos, se forjam as agregações de interesses e vontades, se produz a subordinação fundamental. A sociedade civil é o momento organizativo a mediar as relações de produção e a organização do Estado, produzindo organização e convencimento.

Certamente, a proximidade econômica das associações de primeiro e segundo tipo expostas no quadro acima informava seu conteúdo e composição classista – mesmo que alguns de seus projetos carregassem vocação nacional, i.e., hegemônica, ultrapassando (mas não descartando) aspirações corporativas imediatas. O mesmo, contudo, não podemos afirmar em relação às de terceiro tipo: ao proporem demandas não diretamente presas ao mundo econômico-corporativo (portando propostas cosmopolitas ou assistencialistas, por exemplo), poderiam ser facilmente divulgadas como desvinculadas das formas de produção e de especialização econômica. A base material (o mundo da produção) objetiva desta sociedade civil se expressava, na pesquisa sobre os conselheiros-empresários do CDES, nos grupos econômicos e firmas elencados no quadro abaixo, divididos setorialmente apenas como forma de *exposição didática*:

Quadro V – Grupos Econômicos e Firms setorizados presentes no CDES (2003-2010)

Setores	Grupos Econômicos e Firms	Total
Industrial	Cia Vale do Rio Doce (CVRD), Cia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM), Cia. Siderúrgica Nacional (CSN), Grupo Gerdau, Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais (Usiminas), Grupo Suzano, Grupo Rosset, Klabin S/A, Grupo Alcoa Inc., Grupo Petróleo Ipiranga, Grupo Verdi (Rodobens), Grupo Ouro Verde, Grupo Dixie Toga S.A., Grupo J. Macedo S/A, Grupo Jereissati São Paulo, Grupo Maubisa, Grupo Iochpe-Maxion, Grupo Springer, Grupo Gradiente, Grupo Nestlé, Embraer, Grupo Carfepe, Grupo Enguia Power, Grupo DHB, Grupo Dudalina S/A, Grupo Ford Motors Company Brasil, Grupo Fiat, Grupo Odebrecht, Grupo Süd Metal, Grupo Alusa, Grupo WTorre Engenharia, Estacon Engenharia S.A., Nutrimental Alimentos, Wady Simão-Construções e Incorporações LTDA, Grow Jogos e Brinquedos. ¹⁵	35
Agroindustrial	Grupo João Lyra (usinas em Alagoas), Grupo Sucocítrico Cutrale, Grupo Itamarati, Grupo Agrovale.	4
Comercial e de Serviços	Grupo Telefônica, o Grupo Telemar, a Cia. Brasileira de Distribuição (Grupo Pão de Açúcar), Casas Anglo-Americana S/A (Mappin), Martins Comércio e Serviços de Distribuição S/A (Grupo Martins), Trevisan Escola de Negócios, Dufry do Brasil (Grupo Dufry), Magazine Luiza, Grupo Anhanguera Educacional, Grupo Siemens, Grupo IT Partners, Grupo ORTENG Equipamentos e Sistemas, J. Mendo Consultoria, Manig S/A., Teruel Viação Agrícola Ltda, Escola de Idiomas Yazigi Internexus, Arko Advice Pesquisas, Centro Universitário Newton Paiva.	18
Financeiro	Banco Fibra (Grupo Vicunha), Banco Sogeral S.A., Grupo Santander Brasil, E. Johnston Representação e Participação S. A. (Holding controladora da Unibanco Holdings), Citbank Brasil, Banco Gerdau (Grupo Gerdau), Banco Bradesco, ABN Amro Bank, Banco Itaú, Banco Dibens S/A, Banco Triângulo S.A (Grupo Martins), Banco Fidis (Grupo Fiat), Banco BNP Paribas Brasil, Grupo Price Waterhouse Coopers, Grupo NSG Capital, BMF&Bovespa, MDS Corretora e Administradora de Seguros, Magliano S.A. Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários, Centauro Vida e Previdência S.A, Cooperativa de Crédito Rural.	20

Estamos lidando, como se percebe, com uma significativa parcela das frações do grande capital no CDES. Ainda que se apresentassem como representantes deste ou daquele

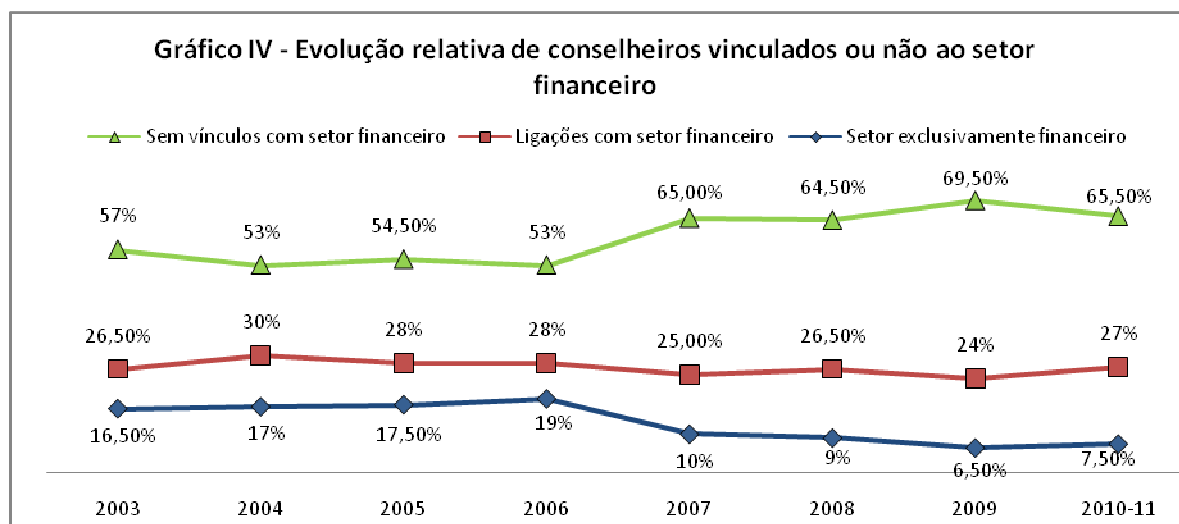
¹⁵ Ressalta-se que o Grupo Sadia estava representado na figura de Luiz Fernando Furlan, Ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

setor da economia, bem sabemos que a dinâmica recente do capitalismo no Brasil não nos autoriza a segmentá-los. Muito pelo contrário, tais frações estavam (e estão) emaranhadas numa rede capilar de participações acionárias de todo tipo e origem, buscando incessantes valorizações do valor. Como nos lembra Virgínia Fontes:

Na forma de concentração capital-imperialista, não ocorre uma oposição entre capital financeiro ou bancário e capital industrial ou de serviços, ou ainda meramente especulativo: ela decorre de e impulsiona o crescimento de todas as formas de capital, *pornograficamente entrelaçadas* (FONTES: 2010, 198).

Mesmo levando em consideração estas observações, salta aos olhos a pujança de dois grandes setores econômicos representados pelo empresariado no CDES: o setor industrial e o financeiro (bancário e não bancário). Pesquisando suas trajetórias profissionais, conseguimos encontrar, em grande parte dos empresários, vínculos bastante homogêneos com uma dada atividade econômica (por exemplo, o empresário que se projetou exclusivamente na atividade comercial), vínculos que se mesclavam como uma ou outra atividade e aqueles que, sendo prepostos e/ou proprietários de grandes grupos ou *holdings* complexificavam suas relações intraburguesas numa teia que abrangia vários setores econômicos ao mesmo tempo. Nossa atenção, neste momento, recai sobre as ligações que os conselheiros-empresários mantinham ou não com o setor financeiro – qualquer que fosse a atividade principal da firma ou grupo.

Assim procedendo, verificamos que, a partir de 2006, houve uma súbita incorporação, no Conselho, de empresários do setor industrial que não possui vínculos com o setor financeiro, em detrimento ao esvaziamento do setor empresarial exclusivamente financeiro. Aos que possuíam vínculo com as finanças, a representatividade manteve-se equilibrada. Seria uma expressão da recomposição da burguesia industrial no bloco do poder? O gráfico abaixo fornece os resultados da investigação:



4.0 – Breve conclusão:

Consideramos que as respostas às indagações feitas inicialmente já foram ao menos encaminhadas ao longo deste texto. A pesquisa preliminar sobre a composição do CDES foi capaz de mostrar como uma agência estatal, cuja proposta é a de contribuir para a “democratização” do Estado brasileiro, se encontrava, durante os dois primeiros mandatos do Partido dos Trabalhadores, sob os auspícios das frações burguesas do capital e de suas associações - em aliança com os novos controladores dos fundos públicos dos trabalhadores.

5.0 - Referências Bibliográficas:

COELHO, Eurelino. **Uma esquerda para o capital**. Crise do Marxismo e Mudanças nos Projetos Políticos dos Grupos Dirigentes do PT (1979-1998). Tese de Doutorado, Niterói: UFF, 2005.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história**. RJ: UFRJ, 2010.

GENRO, Tarso. Democratizar as relações entre governo e sociedade. In: CORREA, Jaime Montalvo (et al). **Novos espaços democráticos: diálogo social no Brasil e a experiência da Espanha**. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. v2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GUIOT, André Pereira (2012). **O empresariado na formação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (ano de 2003): grupos econômicos e entidades da sociedade civil**. Disponível em <<http://www.historia.uff.br/estadoepoder/7snep/docs/066.pdf>>.

JARDIM, Maria A. Chaves. **Entre a solidariedade e o risco: sindicatos e fundos de pensão em tempos de governo Lula**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2009.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

18

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. SP: Boitempo, 2003.